

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: Uma breve reflexão sobre a construção da cidadania**

Suzele Sany Lacerda Alves<sup>1</sup>

Raquel Silva Borges<sup>2</sup>

Abigail Lacerda Alves<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

O presente artigo discutiu políticas públicas na perspectiva da educação como sendo instrumento de democracia, suas implicações na realidade escolar e social. Buscou analisar tais políticas no contexto atual sob a ótica neoliberal. Investigou as possibilidades da educação pública gratuita na promoção da construção da cidadania através do processo de democratização baseada nos princípios de igualdade de direitos e justiça. A investigação teve seu foco principalmente no desenvolvimento de políticas de formação docente e valorização profissional desde as condições de trabalho até os baixos níveis salariais a que esses profissionais são submetidos e da precarização das instituições nos aspectos político-pedagógicos. A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica de várias fontes. O estudo evidenciou a urgência na melhoria da gestão financeira de recursos, necessidade na busca de novas formas organizacionais pedagógicas e educativas que permita a pluralidade de benefícios no espaço escolar de modo a promover o desenvolvimento da cidadania e na repolitização da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas, Educação, Formação docente, Cidadania.

### **ABSTRACT:**

The present article discussed public policies in the perspective of education as being instrument of democracy, their implications in school and social reality. Sought to analyze

---

1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior e em Teologia, Graduada em Pedagogia e Docente da disciplina de Filosofia em cursinho pré-vestibular.

2 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU e pedagoga pela mesma instituição.

3 Graduada em Direito pela Universidade de Uberaba-UNIUBE.

such policies in the current context under neoliberal optics. Investigate the possibilities of free public education in promoting the construction of citizenship through the process of democratization based on the principles of equal rights and justices. The research was mainly focused on the development of public policies of teacher training and professional valorization from the working conditions to the low salary levels to which these professionals are subjected and the precariousness of institution in political-pedagogical aspects. The methodology based on the bibliographical revision of several sources. The study evidenced the urgency in improving the financial management of resources, need in the search for new pedagogical organizational forms and educational that allows the plurality of benefits in school space in order to promote the development of citizenship and in the repolitization of education.

**KEYWORDS:** Public policies. Education, Teacher training, Citizenship.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm sido discutidas frequentemente nas literaturas nacionais e internacionais dada às inúmeras reformas pelas quais vem passando a educação. A implementação dos currículos, a consolidação da gestão democrática e as reformulações financeiras dos sistemas de ensino são questões amplamente discutidas e divulgadas sem contudo apresentar uma solução ainda que paliativa. O processo de globalização, que tem no seu bojo mudanças econômicas, sociais e políticas, não trouxe consigo as transformações desejadas para a educação. Nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho e nas hierarquias sociais o que se percebe é um interesse econômico e político das grandes empresas transnacionais e dos organismos políticos privilegiando pequenos grupos economicamente bem sucedidos em detrimento de um número populacional exacerbado de cidadãos marginalizados dos bens e serviços produzidos pelo desenvolvimento relegando-os à pobreza material e intelectual no presente e provavelmente no futuro.

O discurso de equidade acaba perdendo seu valor quando se observa essa educação voltada para os interesses da lógica e do mercado, bem como o discurso de ampliação do acesso à educação, quando na realidade há uma redução dos custos no setor educacional tanto

para a melhoria da qualidade de ensino, quanto para o incentivo intelectual e salarial do professor.

Assim torna-se clara a instalação de dois sistemas de ensino distintos entre si: a escola pública “pronta para receber os alunos da “massa” e a escola privada destinada às elites (Lauglo, 1997).

Sabe-se que há diversos e diferentes interesses embutidos nesse novo formato de educação em que se vislumbra a ideia da democratização como fator de desenvolvimento humano e cultural.

O presente artigo busca refletir questões inovadoras no campo educacional com ênfase nas mudanças curriculares e na organização do sistema de ensino, baseada nas necessidades dos indivíduos que adentram as portas da escola, analisar ainda ações da formação docente e as políticas salariais que têm cada vez mais conduzido profissionais para outras áreas de atuação. Tais pontos trazem certa aflição aos atores da escola, pois entende-se que a aprendizagem é primordial para a evolução do conhecimento e, portanto, via de destaque para derrotar o fracasso social possibilitando o direito ao conhecimento em condições de igualdade.

O interesse pela promoção da igualdade de direitos, especificamente no que tange a educação, bem como o conhecimento de sua gama de leis e discussões, motivou a investigação bibliográfica do tema proposto a fim de apontar possíveis ações que possam suscitar no interesse pela busca de melhoria da realidade educacional vivida pelos profissionais da educação e pelos alunos.

## **2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Há quase duas décadas o Brasil tem experimentado uma democracia formal permeada por debates sociais que ampliam os conceitos de espaço público e de agentes construtores desses espaços.

Para Coraggio (1996), o diálogo que se estabelece na sociedade civil é de suma importância para que a organização social desse novo contexto flua bem, já que há uma grande variedade de demandas relacionadas a diversas temáticas tais como: direitos à educação, à saúde, direitos da criança e do adolescente, populações econômica e socialmente

excluídas, entre tantas questões que afligem os indivíduos levando-os a questionar as ações governamentais e seu modo de gerir as atividades públicas contribuindo para a construção de um novo Estado e de um novo espaço público.

As políticas públicas empreendidas pelo Estado efetivam constitucionalmente as necessidades da sociedade no campo das distribuições de bens e serviços em todas as instâncias públicas.

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público a atuação numa determinada área a longo prazo.(CUNHA;CUNHA, 2002, p. 12)

Sua implementação e distribuição é pautada por um conjunto de normas e prioridades previamente definidas e hierarquicamente estabelecidas dentro do sistema. Entretanto, percebe-se que há um jogo de interesses sociais e de classe que acabam por determinar o resultado das ações. As pressões provocadas pelos agentes constituintes desse sistema produzem um estado de coisas que deterioram o capital e minam as ações produtivas do Estado.

Historicamente, as hegemonias políticas sempre tenderam para a exclusão social. Para Romanelli (2005) entre as décadas de 30 e 70 as diferenças sociais atingiram um patamar extremamente elevado provocado pelo Golpe Militar. Nascia ali o capitalismo transnacionalizado que mergulharia o Brasil numa crise de exclusão ainda mais intensa.

A partir dos anos 70 muitas mudanças ocorreram fruto das inovações tecnológicas e da visão de um Estado Liberal no qual as relações capitalistas tenderiam a uma distribuição de bem social oportunizando maiores e melhores salários e, conseqüentemente, maior poder de consumo, afirma Oliveira (1999).

Entretanto, em meio a todas as perspectivas econômicas citadas, constatam-se os altos índices de analfabetismo absoluto e analfabetos funcionais, já que não sabiam pensar e executar ações aprendidas, antes, somente redigiam seus próprios nomes. Nesse contexto mencionado por Ball (1995), persiste o mais cruel sistema de exclusão que expulsa o cidadão do seu direito ao trabalho, aumentando os índices de desemprego e congelando as conquistas sociais, culturais, humanas e políticas de grande parte da população.

Em meio a esse estado nefasto, a educação sofreu uma grande mudança promovida pelo ideário neoliberal das políticas educacionais. Dentro desse processo a educação passou a ter significado estratégico e ganhou contorno de consórcio entre governo e empresas privadas. Conforme fundamenta Azevedo (2001,p. 15),“As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público a atuação numa determinada área a longo prazo.”

Duas vertentes foram implantadas para que essa parceria ocorresse satisfatoriamente: a implementação dos currículos para atendimento das necessidades de produção capitalista e, por conseguinte a educação passaria a disseminar os conceitos neoliberais de organização social baseada na livre iniciativa e livre mercado. Para tanto era preciso melhorar os níveis educacionais.

Segundo Torres (1996) os países em desenvolvimento se viram obrigados a investir na educação para ampliar a qualidade de ensino, garantir a participação no processo da Globalização e conseqüentemente usufruírem dos financiamentos para a Educação Básica subsidiados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Vários projetos e reformas foram criados com o objetivo de melhorar a educação que encontrava falida. A reprovação é alta, a evasão é frequente e os indivíduos nada aprendem nesse estado de precarização educacional. Daí reformá-la, torna-se urgente porque os profissionais saem das instituições despreparados para o trabalho e para o enfrentamento das atividades sociais e isso redundava em empobrecimento pessoal, social que reflete de um modo geral para todo o país.

Tudo se reduz, nessa solução a uma questão de melhor gestão e administração e de reforma de métodos de ensino e conteúdos curriculares inadequados. Para problemas técnicos, soluções técnicas, ou melhor, soluções políticas tecnificadas. (SILVA,1995,p.19)

Entretanto, os projetos criados na perspectiva neoliberal vislumbravam a privatização de tudo que fosse estatal alegando a sua inoperância e apontando-a como a grande vilã. Tudo que “não presta” é fruto da incompetência do Estado.

Surge então o discurso privativista referenciado criticamente, pois a educação como um bem privado, torna-se um produto comercializável e o respeito pelas diferenças regionais e pelos saberes culturais dos indivíduos não são respeitados. O que importa é abrir as portas

Cadernos da Fucamp, v.17, n.31, p. 42 -52/2018 45

da escola exigindo qualidade para alguns em detrimento de tantos outros que vão ficando à margem do caminho.

Nesse sistema empresarial de educação surgem inúmeras escolas para atender à demanda, entretanto o que se vê como ensino de qualidade acaba nos discursos inflamados da política social e não atinge uma gigantesca parcela de estudantes brasileiros.

A escola virou supermercado. Porque as elites dominantes do mundo têm tratado a educação como tal. Quem tem dinheiro entra e compra. Quem não tem fica do lado de fora, olhando o grupo privilegiado aproveitar o que comprou. (APPLE, 1996, p. 40)

Nesse sentido os princípios de democratização do ensino acabam ferindo o compromisso de oferecer uma educação de qualidade indistintivamente, e o compromisso de redução das desigualdades sociais promovendo a maximização da exclusão.

No caso do Brasil, para Ball (1995), a efetivação de uma escola democrática acaba se configurando num processo de exclusão a partir do momento em que os altos índices de evasão e repetência comprometem o acesso e a permanência dos alunos na escola. O ideal democrático acaba sufocado pela construção de um modelo educacional elitizado no qual a educação formal do ensino supera a formação global do indivíduo.

O autor afirma que uma escola democrática tem seus princípios baseados na expansão das oportunidades educacionais nas condições estruturais de ensino-aprendizagem oferecidas no espaço escolar.

A Educação Básica além de ser crucial para a formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de dependência científica, tecnológica e cultural do país. (SAVIANI, 2004, p. 20)

O direito à educação assegurado pela universalização da educação, por meio da oferta gratuita, com qualidade seria o caminho para a construção de uma nação soberana e autônoma.

Nesse segmento houve de fato uma ampliação significativa. De acordo com dados do (INEP, 2007), 32.086.188 estudantes foram incluídos no processo educativo com garantia e obrigatoriedade para as crianças de seis a quatorze anos. Os demais níveis de ensino permanecem marginalizados.

Nesse campo, outra situação é ainda mais grave e desafiadora: a do ensino superior. Apenas 13,1% dos jovens entre dezoito e vinte e quatro anos estão matriculados em cursos de graduação. Desses alunos matriculados 74,1% estão no setor privado e apenas 25,9% estão em instituições de ensino superior da rede pública. Dos alunos matriculados no ensino superior 72,9% são brancos, 20,5% são pardos e somente 3,6% são negros (INEP, 2004).

Porém, a expansão de oportunidades educacionais e a garantia de qualidade educativa precisam nortear-se por instrumentos além das teorias e métodos pedagógicos.

[...] é, sobretudo, uma medida política e não uma simples questão técnico-pedagógica. A ampliação de oportunidades decorre de uma intensão política e é nesses termos que deve ser examinada. [...] Não se democratiza o ensino, reservando-o para uns poucos sob pretextos pedagógicos. A democratização da educação é irrealizável intramuros, na cidadela pedagógica; ela é um processo exterior à escola, que torna a educação como uma variável social e não como simples variável pedagógica. (AZANHA, 1987, p. 41)

Segundo o autor supracitado tal questão deve considerar as reais necessidades dos educandos como: conhecimento prévio, valoração afetiva e social, contexto e particularidades daqueles que compõem o espaço escolar a fim de evitar distorções de evasão, repetências, defasagem idade-série entre outras.

Acentua Azanha (1987) que há uma desigualdade intensa no Brasil que perpassa o campo da educação e atinge a esfera racial, provando a necessidade de que as políticas de democratização sejam efetivadas através da garantia do ingresso e permanência de todo cidadão nesse nível como forma de ampliar as oportunidades de trabalho, a formação social, política e econômica.

Ao verificar os indicadores que norteiam o processo educativo percebe-se que muitos avanços já foram conquistados, mas muito ainda está por se fazer para atingir a democratização real.

Para Oliveira (1999) talvez nunca se tenha vivenciado um momento tão intenso de discussões políticas para a educação quanto o que se observa na atualidade. Na pauta do dia a educação tem hora e vez. Políticos e empresários buscam viabilizar projetos políticos-pedagógicos que visam instrumentalizar alunos e professores para o exercício social e profissional. O acesso à informação e à pesquisa nunca estiveram tão facilitados e certamente as famílias brasileiras jamais estiveram tão preocupadas em preparar seus filhos com uma

educação de qualidade e o país tem investido tanto na educação quanto na formação de professores.

Entretanto, o autor ainda destaca os altos índices de violência, do uso indiscriminado de drogas, a disseminação do crime organizado gerando a inquietação sem precedentes. Os valores éticos e posturais estão em crise e a escola não consegue sozinha dar conta desse estado de atribuições a ela imposta.

Esse contexto paradoxal aflige a sociedade e obriga-a a tomar decisões. Segundo Paiva (1994) as políticas de reformulação para a educação determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da educação, Lei nº 9394/96 não conseguem satisfazer as necessidades mais urgentes porque não são efetivadas dentro dos espaços sociais em que deveria atuar.

Muitas vezes o discurso oficial permanece no papel e quando sai dali se camufla em cursos desconectados com a realidade oferecendo a capacitação de professores distante das realidades vividas no âmbito escolar e ignorando as condições de trabalho a que estão submetidos, afirma Popkewitz (1998).

O autor ainda menciona que milhões são gastos na formação continuada enquanto os salários e a instrumentalização dos mesmos são desprezados, assim há um permanente abandono da profissão. Esse é um dos graves problemas para que a democratização e a qualidade do ensino aconteçam, a falta de recursos humanos qualificados.

[...] A prática docente, acontece no seu cotidiano e contexto, como o lugar de operacionalização, reflexão e construção, por excelência da formação do professor. [...] A escola como espaço por excelência da construção da resignificação do saber docente que vai se construindo no coletivo gestado e nascido da realidade concreta de atuação do professor. (AQUINO, 2002, p. 5)

As perspectivas de melhorias nesse campo são negativas, uma vez que o arrocho salarial desestimula a entrada e principalmente a permanência do educador na carreira. Essa situação acaba expulsando-os do magistério e abrindo as portas para substitutos sem formação adequada e sem experiência na função.

Sabe-se que a docência competente é aquela que se efetiva na convivência com os alunos na sala de aula. Certamente o profissional que vivencia situações reais de aprendizagem, estabelecendo trocas, fazendo reflexões conjuntas, reelabora suas metodologia e práticas e tem maiores chances de ensinar com qualidade e conquistar sucesso.

Segundo Gadotti (1999, p. 2), “o educador para pôr em prática o diálogo, e de fato ensinar, não deve colocar-se na posição de quem sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida.” Essa experiência é fundamental para que o processo educativo seja real e não apenas uma camuflagem, e isso só é possível se concretizar com a prática de trabalho.

Para Torres (1996) esse quadro de erros e dificuldades alardeou-se a valorização do docente propondo uma reforma no campo da formação dos profissionais da educação. O discurso ganhou as universidades, as escolas e as organizações sociais dos educadores numa ampla discussão dos avanços teóricos, pedagógicos e curriculares.

O autor ainda afirma que nesses debates duas vertentes tornam-se claras: política de formação e a valorização profissional, elementos indissociáveis que carecem de uma atenção e revitalização. Aquela, pautada pelo desenvolvimento teórico e prático construídos por meio da reflexão, análise e problematização das situações pedagógicas, e esta, por meio dos salários e condições de trabalho dignos.

Entendendo a necessidade de aproximar legalidade e realidade criou-se o modelo de gestão democrática considerada a base essencialmente liberal onde todos os segmentos pertencentes à educação participam das reflexões e decisões que efetivarão o sucesso escolar.

Segundo a Conferência Nacional de Educação (2010), os elementos constitutivos dessa gestão apontam para a participação, autonomia, transparência e pluralidade. E, como instrumentos de sua ação, surgem instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como: conselhos escolares, grêmios estudantis, órgãos colegiados que propiciem espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino.

De acordo com Paro (2001), o modelo de gestão democrático tem por objetivo vencer o autoritarismo e o individualismo presentes nas escolas permitindo superar as desigualdades sociais existentes. Enfrentar essas questões é de suma importância para que a educação aconteça.

Entretanto para o autor supracitado, há muitas situações que carecem ser sanadas. Questões como: o que fazer com as disparidades educacionais entre os alunos, como resolver o problema de distorção idade-série. Outras questões ainda mais complexas se despontam: como levar educação profissional a todos os cantos do país, como resolver o problema da

educação especial (inclusão) e acima de tudo, como profissionalizar os docentes para que sejam capazes de dar conta dessa série de situações.

Resolver essa gama de problemas não cabe apenas ao Estado, mas parte dele a organização de políticas públicas que venham conceber e acompanhar a elaboração de projetos observando os orçamentos, a execução e a continuidade do mesmo, a fim de obter resultados relevantes.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste trabalho evidenciou a necessidade de uma política pública educacional baseada na reformulação dos interesses legais que organizam a escola em todos os níveis de ensino e em todas as instâncias educativas. Tais políticas perpassam não apenas pela formação dos profissionais da educação e sua capacitação e pelas políticas de valorização salarial desses, evitando que haja tanta evasão desse mercado como também pela reorganização dos currículos que valorizem a cultura global dos indivíduos e não apenas os valores de uma pequena minoria elitizada.

Outra questão urgente é a gestão dos recursos financeiros que precisam ser definidos e organizados com vistas a garantir o acesso igualitário e a permanência dos alunos na escola promovendo a inclusão social desses indivíduos.

Não se pode perder de vista a grande massa de brasileiros marginalizados da escola, da vida política, social, tecnológica, cultural e dos processos econômicos em pleno século XXI.

Torna-se urgente pensar em novas formas organizacionais pedagógicas e educativas que permitam transformar a escola em um espaço público de decisão coletiva baseada na construção da cidadania priorizando a diversidade dentro da unidade escolar.

Esse é grande desafio que se coloca à sociedade; promover coletivamente a política da igualdade entre todos os que a compõe, valorizando o educador, os alunos e a qualidade da educação que se quer oferecer, pensando no coletivo e na transformação integral da nação.

A partir dessa análise conclui-se que a repolitização da educação e a coletivização são essencialmente caminho para a regulação dos processos político-sociais e único meio de sobrevivência saudável da sociedade.

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, S. S. L.; BORGES, R. S.; ALVES, A. L.

APPLE, M. Zero Hora. Porto Alegre, 1996. EDUCERE – Revista da Educação, p. 129-148, vol. 3, n.2, jul./dez., 2003

AQUINO, J.G. **Diálogos com educadores - o cotidiano escolar interrogado**. São Paulo: Moderna, 2002.

AZANHA, J.M.P. **Educação: Alguns Escritos**. São Paulo: Nacional, 1987.

AZEVEDO, J.M.L.de. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BALL, S.J. **Mercados educacionais, escolha e classe social: mercado como estratégia de classe**. In: GENTILE, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CONAE, **Conferência Nacional de Educação – Construindo o sistema nacional articulado de educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Brasília, Abril de 2010.

CUNHA, E. de P. ; CUNHA, E.S.M. **Políticas públicas e sociais**. In: CARVALHO, A. ; SALE, F. (Orgs) *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999.

LAUGLO, J. **Críticas às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação**. Caderno de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.100, p. 11-36, 1997.

OLIVEIRA, D.A. **As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social**. In: OLIVEIRA, D.A. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAIVA, V.; WARD, M. **Novo paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico**. In: PAIVA, V. (Org). *Transformação produtiva e equidade: a questão do ensino básico*. Campinas: Papirus, 1994.

PARO, V.H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

POPKEWITZ, T. **Reforma educacional: uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAVIANI, D. **O legado educacional do “Longo século XX” brasileiro.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, T.T. da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, R.M. **Melhorar a qualidade da educação básica: as estratégias do Banco Mundial.** São Paulo: Cortez, 1996.